

O AGRONEGÓCIO E O TERCEIRO MANDATO DO GOVERNO LULA: SUPORTE ECONÔMICO E ANTAGONISMO POLÍTICO

Caio **Pompeia**

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

E-mail: cpompeia@usp.br

ORCID: 0000-0002-1692-1985

Sergio Pereira **Leite**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Email: sergioleite@ufrj.br

ORCID: 0000-0003-2407-7574

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-128043cp/128>

“Será que o nosso presidente vem aqui?”, perguntou o gerente de uma loja de insumos agropecuários enquanto observava Flávio Bolsonaro¹ tirar fotos com visitantes na Agrishow 2026 (depoimento, 27 abr. 2026)². Seu sorriso, irônico, aludia ao fato de Luiz Inácio Lula da Silva³ não visitar há tempos a feira em Ribeirão Preto, o maior evento tecnológico do agronegócio no Brasil. Com efeito, durante a sua terceira gestão (2023-2026, doravante “Lula 3”), ele não esteve na Agrishow em nenhuma de suas quatro edições, o que evidencia um contraste marcante em relação a seu primeiro mandato (2003-2006). Em 2003, por exemplo, Lula teve destaque na feira ao percorrer os estandes a bordo de um trem puxado por um trator e elogiar os

¹ Partido Liberal (PL).

² A observação participante no âmbito deste artigo foi realizada por Caio Pompeia.

³ Partido dos Trabalhadores (PT).

avanços tecnológicos do agronegócio (O Estado de S. Paulo, 2003).

É fato que, no dia anterior à visita do primogênito de Jair Bolsonaro, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, havia comparecido à abertura da Agrishow representando o governo. Todavia, na ocasião, os portões estavam fechados para visitantes. A abertura da feira em *petit comité* inflexionava o usual, e passara a ocorrer após um conflito em 2023. Nessa edição, houve convite para a presença do ex-presidente Jair Bolsonaro no evento, concomitante à sugestão ao representante do governo, o então ministro da Agricultura, Carlos Fávaro,⁴ para a mudança da data de sua visita de modo a não coincidir com a ida do ex-presidente. A situação resultou na desistência do ministro e na ameaça do Planalto de retirar o patrocínio do Banco do Brasil – medida que acabou não sendo efetivada.

- 2 Especialmente neste ano eleitoral em que se realizou a observação participante, a Agrishow, feira gigantesca com aproximadamente 200 mil visitantes anuais – congregando agricultores de todas as regiões do país, indústrias de máquinas e implementos, agentes financeiros e líderes do segmento –, é um dos termômetros de como se encontram as relações atuais do agronegócio com o governo Lula 3. O rechaço ao presidente entre representantes do segmento transpareceu nitidamente na maioria das dezenas de pessoas presentes na feira que um dos autores deste artigo ouviu. Ademais, a orientação majoritariamente crítica ao seu governo também foi identificada durante a pesquisa de campo na ExpoZebu 2026, maior evento da pecuária nacional, realizado anualmente em Uberaba.

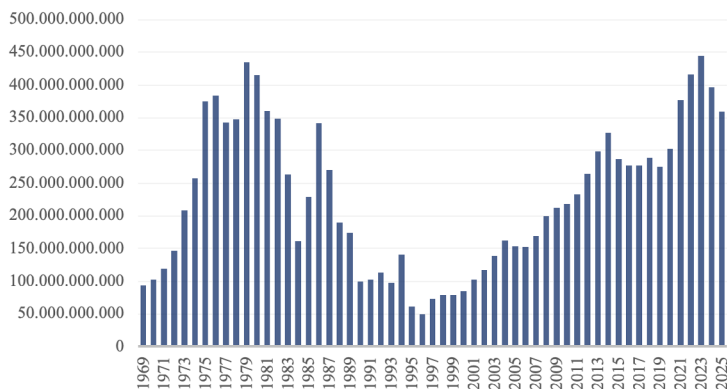
⁴ À época senador licenciado, ligado ao Partido Social Democrático (PSD), pelo Mato Grosso.

Para parte dos analistas, tal oposição causa perplexidade, diante do apoio econômico que os governos petistas, em geral, e a administração Lula 3, em particular, têm dedicado ao agronegócio. Apontam-se aqui dois resultados relevantes. Por um lado, a promoção comercial no exterior para as *commodities* agropecuárias produzidas no país chegou à abertura de 663 novos mercados em 93 destinos (países, blocos ou territórios), entre janeiro de 2023 e julho de 2026 (Ministério da Agricultura e Pecuária [Mapa], 2026a). Por outro lado, observando-se as estatísticas que informam a concessão de crédito rural intermediada pelo Estado, é possível resgatar um bordão conhecido: “nunca antes na história deste país” se emprestou tanto para a agropecuária como no ano de 2023, com valores de R\$ 444,7 bilhões, contra R\$ 434,3 bilhões em 1979 (dados em valores constantes), auge do período da chamada modernização agrícola brasileira (Kageyama e Graziano da Silva, 1983). De fato, como pode ser verificado na Figura 1, que sistematiza dados do Banco Central sobre o crédito efetivamente contratado⁵ em cada ano da série, o pico na concessão de recursos dessa natureza para a agropecuária ocorreu no primeiro ano do atual mandato de Lula. Mesmo com a queda desses recursos nos dois anos subsequentes (2024 e 2025), eles continuaram a representar um volume expressivo, sendo que 2024, por exemplo, esteve abaixo apenas do último ano do governo Bolsonaro (2022) e de 1979 e 1980.

3

⁵ Os dados do Banco Central (Anuário Estatístico do Crédito Rural e Matriz de Dados de Crédito Rural), informando os valores contratados em um determinado ano, diferem daqueles anunciados em cada safra, geralmente na metade do ano, antes do início das atividades de preparo do solo e plantio. Geralmente, nesses anúncios do Plano Safra, é comum observar um forte apelo da administração vigente, enaltecendo o seu empenho em apoiar as atividades agropecuárias. Isso fica evidente nos materiais de comunicação e nos documentos oficiais, como pode ser observado, por exemplo, no anúncio feito em 2026 (ver Mapa, 2026b; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar [MDA], 2026).

Figura 1 – Evolução dos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), 1969-2025 (em R\$ – valores constantes)⁶



Fonte: Dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural e da Matriz de Dados de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (2026). Elaboração de Valdemar Wesz Jr.

4 Este artigo analisa tal contraste entre suporte econômico e antagonismo político, buscando dialogar com as seguintes questões: como compreender a oposição obstinada ao governo Lula 3 entre as bases da agricultura patronal? Em que medida o antagonismo prevalecente entre elas se evidencia nas associações que as representam em Brasília? Como as corporações relacionadas à agricultura operam nesse cenário? E de que maneiras as orientações desses diferentes atores do agronegócio se articulam com o

⁶ Considerando-se, para além de governos petistas, o movimento de fundo expresso nos números na Figura 1, cumpre apontar que Delgado (2012) havia chamado a atenção para a ideia de “pacto do agronegócio” como elemento caracterizador de novos arranjos que se organizaram entre o Estado e o segmento agroempresarial. Essa nova forma de orquestração de interesses se diferencia bastante daquela operada no âmbito da “modernização agrícola” das décadas de 1960 e 1970, visto que “[...] (re)estrutura-se no sistema de economia política brasileiro, também no início dos anos 2000, um virtual pacto de Estado com o autodenominado ‘Sistema ou Economia do Agronegócio’, com todas as características de ciclo de valorização primário-exportadora, albergando em suas redes de fomento e proteção diferenciais – complexos agroindustriais, grande propriedade fundiária e sistema de finanças públicas recalibrados –, para promover esse processo de valorização econômica” (Delgado e Leite, 2022, p. 7), ou mesmo de suporte econômico ao segmento, como argumentado no presente trabalho.

Estado na capital federal? Nesse âmbito, o foco da pesquisa está sobretudo nas agências do agronegócio e nos fatores centrais para a sua atuação quanto à administração Lula 3, e não em descrição pormenorizada de ações do governo em relação ao segmento – salvo para contextualizações que se fizerem pontualmente necessárias.

O que se entende por agronegócio neste trabalho? Originalmente, trata-se de conceito criado em 1955 na Escola de Negócios de Harvard, sob o estímulo financeiro de indústrias agroalimentares. A criação do neologismo *agribusiness* (composição por aglutinação das palavras “*agriculture*” e “*business*”) buscou romper com visões monosetoriais então predominantes na agricultura, em defesa de uma perspectiva que enfatizava os encadeamentos dela com indústrias e atividades terciárias da economia – a montante e a jusante (Davis, 1955, 1956). Nomeando desdobramentos de um processo que se adensava nos Estados Unidos, o termo também funcionou para operar intervenções no sistema intersetorial por ele identificado: tanto técnicas e gerenciais quanto legitimadoras e políticas (Pompeia, 2021a).

5

Posteriormente, no Brasil, todas essas formas de intervenção se mostraram importantes, mas cabe destaque às políticas. A partir do final dos anos 1980, agentes empresariais resgataram o sentido original do conceito e deram impulso a seu agenciamento como categoria êmica, em proveito da articulação política de atores que, operando em diferentes atividades nas cadeias produtivas, antes representavam seus interesses de forma mais dispersa (ver, por exemplo, Bittencourt de Araújo, Wedekin e Pinazza, 1990). Resultou gradualmente desse processo uma “concertação do agronegócio”, configuração dinâmica de natureza intersetorial e empresarial-estatal na qual prevalecem a administração pragmática de conflitos e a prospecção sistemática de convergências (Pompeia, 2020a). Por um lado, a intersetorialidade remete à articulação política entre a agropecuária,

indústrias e atores terciários da economia. Por outro, a relação empresarial-estatal alude ao rompimento de separações estanques entre o público e o privado. Essa concertação não somente influencia o Estado; ela é, em medida cada vez mais relevante, parte dele.

Por consequência, se é adequado, como frequentemente se faz na literatura científica, tratar o agronegócio como um agregado econômico de cadeias produtivas ligadas a alimentos, fibras e energia, é preciso simultaneamente relacioná-lo às suas dimensões políticas, no âmbito das quais se sobressai a referida concertação.⁷ Quando o artigo trata do “agronegócio”, portanto, ele está, em consonância com essa defesa, considerando a sua manifestação simultaneamente econômica e política. Nesse sentido, a análise considera a heterogeneidade existente no segmento, tanto dos setores da economia a ele relacionados quanto das escalas envolvidas.

6 As fontes abrangem materiais produzidos durante observação participante de um dos autores em espaços relacionados ao agronegócio, em diferentes ocasiões (2019, 2022, 2025 e 2026), manifestações públicas de atores desse segmento e de suas organizações, documentos governamentais e dados estatísticos. O artigo está dividido em quatro partes, cada uma delas dedicada a um subconjunto do agronegócio: (1) bases nos territórios; (2) associações representativas da agricultura patronal em Brasília; (3) corporações; e (4) agentes inseridos no Estado. Importante ressaltar que não se trata de um balanço fechado das atuações do agronegócio

⁷ Há outras dimensões fundamentais ligadas ao agronegócio, como as sociais (Heredia, Palmeira e Leite, 2010) e as simbólicas (Pompeia, 2021a), mas que não serão enfatizadas neste artigo. Complementarmente, seria possível incluir também o setor financeiro (bancário ou não), que cada vez mais se associa e se apropria das estratégias do agronegócio para aumentar as suas áreas de atuação – naquilo que vem sendo denominado de “financeirização da agricultura” – e em seu nome defende benesses que, por exemplo, isentem suas atividades de impostos, como no caso da frustrada tentativa do governo de majorar a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) no âmbito do “novo arcabouço fiscal” (Lei Complementar 200/2023). Sobre o assunto, ver Leite (2024).

em relação ao governo Lula 3, mas de um recorte realizado até o momento de conclusão do trabalho – penúltima semana de agosto de 2026.

As bases do agronegócio nos territórios: raízes históricas e emergência do agrobolsonarismo

Em 2026, na Agrishow e na Expozebu, a posição quase unânime de fazendeiros e agentes de lojas de insumos e máquinas ouvidos na pesquisa de campo foi de reprovação ao governo Lula 3. Para compreendê-los, é preciso considerar que há orientações significativamente cristalizadas nessas bases, relacionadas a dinâmicas de fundo. Economicamente, houve o seu fortalecimento substancial, catapultado por um conjunto de fatores, como a crescente demanda asiática por *commodities* agropecuárias (com a China à frente) e o amplo apoio estatal. As milhares de caminhonetes novas ou seminovas no estacionamento da Agrishow 2026 são um dos muitos indicativos dessa pujança (apesar de as margens da agricultura patronal estarem presentemente mais pressionadas, por uma composição de fatores, como o encarecimento dos insumos, a queda dos preços de algumas *commodities* e as taxas de juros elevadas).⁸

7

A ascensão econômica foi habilmente traduzida em incremento do poder político do agronegócio em Brasília, o que ocorreu de forma simultânea ao avanço – tracionado por raízes nacionais e influências globais – de valores reacionários em parte considerável de suas bases. Para esse resultado nos territórios, destaca-se a atuação de um movimento político-econômico que, no final dos anos 2010, passou a liderar a representação das bases em cinturões do agronegócio (Pompeia, 2024a). Em termos eleitorais, essas alterações políticas implicaram, em tais áreas, o que Singer (2012)

⁸ A propósito, esses elementos contribuem para a compreensão da queda, especialmente em 2025, do valor efetivamente contratado de crédito rural intermediado pelo Estado.

caracteriza de forma mais ampliada como a conversão de blocos de eleitores capazes de determinar uma agenda de longo prazo, que passa a condicionar, em medida importante, tanto as ações de governos quanto as de suas oposições. Cumpre, portanto, analisar esse movimento, que teve duas principais frentes fundadoras.

Uma foi liderada por pecuaristas de São Paulo, do Mato Grosso do Sul e de estados da região Sul que, desde a reeleição de Dilma Rousseff, no final de 2014, passaram a se mobilizar com maior ímpeto para contestar o seu governo, usando como munição o cardápio oferecido pela Operação Lava Jato. Seu descontentamento tinha motivações de ordem econômica e política. Por um lado, angustiavam-se com a crescente concentração proprietária na cadeia da carne bovina. Em constante disputa distributiva, viam grupos frigoríficos gigantes, a exemplo da JBS, como aliados do PT, que os apoiava sobretudo por meio da chamada política de “campeões nacionais”.⁹ Por outro lado, sentiam-se alijados de centros decisórios do agronegócio em Brasília, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), cúpula do sistema sindical da agricultura patronal, que interpretavam como capturada pelo governo e pouco representativa de seus pleitos.¹⁰

A outra frente teve como centro de irradiação os estados do Mato Grosso e de Goiás, onde parte das bases produtoras de soja e milho, principalmente de pequena e média escala (para os padrões desses estados), vinha desde meados dos anos 2010 se aproximando de graus mais à direita do espectro político. Para tais produtores relativamente menores,

⁹ Tal política teve como elemento central a forte promoção de algumas corporações (como a própria JBS) em âmbito nacional e internacional, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

¹⁰ A preexistente contrariedade com a CNA se amplificou a partir da inserção de sua então presidente, a senadora Kátia Abreu (à época no então chamado Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, atual Movimento Democrático Brasileiro, MDB), como ministra da Agricultura, em janeiro de 2015.

conflitos distributivos a montante e a jusante de suas atividades – respectivamente com transnacionais de insumos e *traders* –, ao lado de dificuldades na interlocução com o poder público em diferentes escalas, ampliavam insatisfações, e alguns líderes políticos da sojicultura souberam tanto se nutrir desse sentimento quanto estimulá-lo.

Além de compartilharem a insatisfação com a concentração corporativa nas cadeias de *commodities* e se sentirem desprestigiadas politicamente, as duas frentes convergiam nas críticas ao reconhecimento de direitos territoriais tradicionais e às ações ambientais de comando e controle, cabendo também considerar a sua contrariedade com o aumento do número de roubos de insumos, máquinas e implementos no campo. No ampliado período de articulações políticas que antecedeu o pleito de 2018, essas bases se distanciaram dos posicionamentos de suas representações nacionais. Enquanto líderes das entidades do segmento em Brasília se desentendiam sobre o político predileto a concorrer – no âmbito de possíveis postulantes ligados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) –, contingentes crescentes dos pecuaristas e sojicultores nos territórios passavam a enxergar Jair Bolsonaro¹¹ como o candidato que os representaria mais adequadamente e, a partir de 2016, buscaram aproximar-se dele.

Percebendo que divisões entre atores do agronegócio poderiam ser exploradas a seu favor, os discursos de Bolsonaro em eventos agrícolas e nas mídias sociais destacaram aspectos que atraíam sobretudo (mas não exclusivamente) parte da agricultura patronal que se sentia política e economicamente relegada a segundo plano. Bolsonaro prometeu cancelar dívidas e endurecer penas para roubos de insumos, criticou as ações de fiscalização

¹¹ Bolsonaro estava então filiado ao Partido Social Cristão (PSC), sigla que foi incorporada em 2022 pelo Podemos.

ambiental e declarou que iria paralisar as demarcações de Terras Indígenas, além de defender que fazendeiros tivessem fuzis nas propriedades. Seus discursos e aparições também mobilizaram símbolos e valores que sensibilizavam as bases nos cinturões do agronegócio, a exemplo do verde e amarelo da bandeira nacional (em oposição ao vermelho usado pelos candidatos do PT) e de leituras conservadoras do cristianismo e da concepção de família. Isso era exatamente o que muitos dos fazendeiros queriam ouvir, mas não escutavam de outros concorrentes à presidência. Por consequência, uma relação de codependência foi então sendo estabelecida, com a gradual conformação de um movimento político-econômico, o agrobolsonarismo (Pompeia, 2024a).¹²

10 À época, a Operação Lava Jato seguia crescentemente afetando, além do PT, partidos tradicionais à direita, em particular o PSDB. Nesse cenário, a ascensão de Bolsonaro nas pesquisas eleitorais para a presidência, ocorrida sobretudo no primeiro semestre de 2017, potencializou ainda mais os interesses de bases por sua postulação. Por sua vez, as cúpulas do agronegócio em Brasília foram aos poucos sendo conduzidas a arrefecer a resistência a essa candidatura.

Com a vitória nas urnas e o início de seu governo, em 2019, Bolsonaro passou a mobilizar a máquina estatal em atendimento às bases apoiadoras. Se a reação de elites nacionais e transnacionais do agronegócio o desencorajou de tomar algumas das ações mais extremas – como concretizar a ameaça de o Brasil se retirar do Acordo de Paris –, um conjunto de ações antiambientais foi ao encontro das expectativas dos cinturões mais mobilizados. Entre elas, podem ser

¹² Delgado e Leite (2022) ressaltam complementarmente a ideia de “mito”, que passou a ser cultivada entre certos segmentos das bases do agronegócio para caracterizar o ex-presidente e louvar sua liderança junto ao segmento, abrindo um viés religioso que associa, adicionalmente, interesses do agronegócio àqueles das igrejas neopentecostais.

destacadas: o enfraquecimento orçamentário e a debilitação da estrutura sob comando do Ministério do Meio Ambiente (MMA);¹³ a criação de embaraços para a aplicação de multas a infrações ambientais; a contestação das Unidades de Conservação; a diminuição do compromisso climático do Brasil no âmbito do Acordo de Paris; e a tentativa de desqualificação dos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que alertavam para o aumento do desmatamento na Amazônia Legal.

Ao mesmo tempo, houve a paralisação das demarcações de Terras Indígenas, juntamente a medidas para promover a entrada de fazendeiros, de suas máquinas e de seus insumos em áreas homologadas – como um dos autores acompanhou diretamente em trabalho de campo relacionado a três territórios dos Xavante, no Mato Grosso, em 2022. Além disso, manteve-se a extinção do MDA (realizada no governo de Michel Temer, no então chamado PMDB), comprometeram-se políticas importantes, como as de assentamentos rurais e desenvolvimento territorial rural, e enfraqueceram-se fundamentos das políticas para a agricultura familiar e a alimentação – o que, juntamente a outros fatores, redundou na volta do Brasil ao “Mapa da Fome” (Leite *et al.*, 2023).¹⁴

Uma das formas de reciprocidade das bases agrobolsonaristas a seu líder político veio por intermédio de grandes manifestações em Brasília, ladeadas por grupos evangélicos e com o protagonismo de militares. Elas ganharam ímpeto justamente em seguida à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de anular as condenações do então ex-presidente Lula, tornando-o elegível para concorrer à

11

¹³ Em 2023, o MMA passou a se chamar Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

¹⁴ Tendo este artigo foco no governo Lula 3, cumpre identificar o êxito dessa administração em ampliar os programas de apoio à alimentação, que, juntamente a outras iniciativas e atores, operaram para retirar, mais uma vez, o Brasil do “Mapa da Fome”.

presidência. Nessas ações, as reivindicações dos manifestantes não estavam mais focadas em questões agrícolas ou agrárias, mas completamente absorvidas pelas agendas de poder de Bolsonaro: tanto desafiar o Poder Judiciário e contestar as urnas eletrônicas quanto criticar Lula e o PT.

Em 2022, o agrobolsonarismo articulou-se para impedir que a campanha de Lula dialogasse com as bases da agricultura patronal em territórios de forte tração do movimento. Simultaneamente, alguns fazendeiros, sobretudo do Mato Grosso, realizaram grandes doações à campanha de Bolsonaro. E, diante do resultado das eleições de 2022, a porção mais aguerrida da extrema direita no campo envolveu-se em atos públicos contestadores da vitória de Lula, amplamente noticiados na imprensa (ver, por exemplo, Éboli, 2022; Folha de Dourados, 2022; Mouro, Júnior e Mathias, 2022; Ximenes, 2022).

12 Tendo o agrobolsonarismo antecedido a vitória de Bolsonaro em 2018, ele também persistiu após a sua derrota em 2022 (Pompeia, 2024a). Em dimensões institucionais, ele exerceu influência exitosa ao mobilizar a força econômica da agricultura patronal para ampliar o contingente de representantes no Congresso Nacional na legislatura iniciada em 2023. Nos cinturões, o movimento continuou a ser um dos vetores fundamentais da consolidação de orientações políticas mais à direita. Aliás, nesses territórios, a sua incidência mostra eficácia não somente em relação às fazendas, mas também no envolvimento de amplo leque de atividades econômicas que se vinculam direta ou indiretamente ao agronegócio.

Ademais, após a terceira eleição de Lula, Bolsonaro manteve relações estreitas com bases influentes do agronegócio. A Agrishow 2023 foi reveladora nesse sentido: como adiantado acima, o protagonismo do evento não foi do ministro da Agricultura de Lula, Carlos Fávaro, mas, sim, do político da ultradireita, principalmente devido à

mobilização de líderes locais bolsonaristas. O ex-presidente direcionou seu discurso a pecuaristas e agricultores, argumentando que precisavam de políticos que não os atrapalhassem, e, buscando diferenciar-se dos governos de Lula, criticou a demarcação de Terras Indígenas. A Agrishow não foi um caso isolado: em agosto de 2023, na Festa do Peão de Barretos, o mais importante rodeio do país (que reuniu ao todo cerca de 900 mil pessoas), Bolsonaro teve novamente um papel de destaque, fazendo outro forte discurso político e sendo calorosamente aplaudido pelos espectadores. Com o pai atualmente inelegível, o candidato do clã à presidência, Flávio Bolsonaro, escolheu justamente eventos rurais-chave para a sua campanha em 2026, como a Agrishow e a própria Festa do Peão de Barretos.¹⁵

No entanto, a despeito de sua capacidade de influência, o agrobolsonarismo não hegemoniza as bases da agricultura patronal. De fato, ele é ladeado por atores que concordam com o movimento no rechaço ao PT, mas se distinguem dele ao não demonstrar predileção pelo clã Bolsonaro. Era o caso de porção menor, porém relevante, dos atores locais do agronegócio entrevistados na Agrishow e na Expozebu em 2026. Para parte das pessoas não aderidas ao bolsonarismo, uma justificativa presente foi a preferência por um nome menos ideológico e mais técnico. Contudo, nas eleições, as bases patronais tendem, em sua ampla maioria, a optar pelo candidato mais viável da direita, tendo ou não o sobrenome Bolsonaro. Por exemplo, um fazendeiro do interior de São Paulo, que não se mostrou animado com Flávio, arrematou que votaria nele, pois: “Tem que tirar quem está [na presidência]” (depoimento, 28 abr. 2026).

13

¹⁵ A propósito, na edição de Barretos em 2026, durante a transmissão ao vivo da Rede Globo, parte da multidão presente entoou xingamentos a Lula (Flávia, 2026).

Cabe acrescentar observações breves sobre o público não patronal ligado à agropecuária.¹⁶ Todavia, é fundamental apontar que este e o próximo parágrafo tratam de indicadores de trabalho de campo realizado em 2025 e 2026 (relacionados a diferentes estados no país) que carecem de mais elementos empíricos e triangulação sistemática de fontes, devendo, portanto, ser tomados com cautela. Na agricultura familiar, notou-se intensa disputa entre o lulismo e o bolsonarismo, com dois marcadores parecendo exercer influência razoável: (1) a tríade capitalização, integração a cadeias longas e inserção em organizações lideradas pela agricultura patronal e (2) a região do país. Houve indícios de que quanto maiores os graus dos elementos no item 1, especialmente na Região Sul e na parte meridional do Sudeste, mais elevadas parecem as possibilidades de distanciamento do lulismo, que pode se manifestar como adesão ao bolsonarismo ou não. Em contrapartida, famílias com graus menores no marcador 1, e particularmente as localizadas no Semiárido brasileiro, aparentam ter em geral maior afinidade com o lulismo (embora tenha havido também pistas de competições entre as duas grandes forças políticas nessa região geográfica, assim como em áreas do país não mencionadas no parágrafo).

Perceberam-se simultaneamente indícios de divisões políticas envolvendo trabalhadores ligados ao agronegócio. De um lado, o antipetismo se evidenciou em parte das pessoas empregadas em fazendas. Durante a Agrishow, um jovem trabalhador em atividades diversas de uma plantação de cana-de-açúcar declarou que “o PT não nos representa”, enfatizando o seu entendimento de que o agronegócio, no qual gostaria de continuar atuando, não seria favorecido pela atual gestão. Enquanto falava, ele recebeu expressa concordância de um segundo jovem empregado na mesma

¹⁶ Não há espaço para se tratar adequadamente da disputa classificatória sobre as relações entre as categorias “agronegócio” e “agricultura familiar”, examinada em outros trabalhos (ver, por exemplo, Pompeia, 2020b).

fazenda (depoimentos, 27 abr. 2026). Ao mesmo tempo, o antipetismo foi observado na maioria das pessoas trabalhando com a venda de máquinas ouvidas na Agrishow. Em ambos os grupos, o antipetismo não implicou necessariamente a adesão ao bolsonarismo. De outro lado, houve exemplos de antibolsonarismo e concomitante afinidade com o petismo em parte menor dos trabalhadores ouvidos, como em agentes ligados às exportações no Porto de Santos e em um homem que havia atuado na montagem de máquinas exibidas na Agrishow. Este último, por exemplo, argumentou que sentia desumanidade em Jair Bolsonaro, e que, por essa razão principal, jamais votaria nele ou em candidatos indicados por ele. De todo modo, reforça-se que esses dois parágrafos sobre públicos não patronais apenas tangenciam o tema. Estudos aprofundados nessa direção serão, conseqüentemente, necessários.

Dando seguimento à análise principal, como é possível compreender o antipetismo prevalecente nas bases da agricultura patronal, mesmo com os fortes aportes econômicos do governo Lula 3? Há uma matriz ampla de fatores operando nesse cenário, valendo salientar três dos principais. Existe uma sistemática promoção de discursos contra Lula e o PT, que ganha maior aceitabilidade justamente em um contingente que historicamente tendeu a contrariar a esquerda e a centro-esquerda. Ela é operada tanto por expoentes nacionais da política bolsonarista quanto por líderes locais do agronegócio. Por exemplo, em sua fala na Agrishow 2026, Flávio Bolsonaro argumentou que o agronegócio estaria sendo “tratado como um lixo pelo atual governo”, que perseguiria as “pessoas que querem produzir neste Brasil”. Duas semanas antes do evento, Paulo Junqueira, presidente do Sindicato Rural de Ribeirão Preto, um dos líderes da agricultura patronal mais próximos a Jair Bolsonaro, afirmou que durante a gestão do petista haveria “falta de crédito, insegurança jurídica [e] falta de políticas

públicas em apoio ao setor produtivo” (BrasilAgro, 2026). A propósito, na Agrishow e na Expozebu, predominou entre as pessoas ouvidas a atitude amplamente contestatória do apoio do atual governo Lula 3 ao agronegócio. Esse fator pode ser caracterizado como ideológico.

Um segundo fator, de ordem estrutural, está conectado a duas agendas principais. Na socioambiental, assenta-se na contrariedade de parte considerável das bases com políticas ambientais e indígenas de governos petistas, incluindo o Lula 3. Nesse âmbito, destacam-se as orientações “negacionistas” e “conservadoras” no agronegócio (Pompeia, 2023). A “negacionista” apresenta maior dependência, para a sua reprodução, da constante expansão horizontal, mostrando-se diametralmente oposta a direitos territoriais indígenas, além de ser aguda opositora de operações de comando e controle na área ambiental. Por sua vez, a orientação “conservadora” matiza o extremismo daquela “negacionista”, mas se alia a ela para apoiar, em Brasília, a desregulação em temas socioambientais. A segunda agenda está relacionada à tributação e implica alianças entre todas as correntes do agronegócio para bloquear, enfraquecer ou retardar medidas do governo voltadas a estabelecer menor desigualdade de contribuições por parte de diferentes segmentos econômicos e sociais no país.

O terceiro fator tem dimensão conjuntural, operando não propriamente reconfigurações de preferências políticas nas bases (já significativamente cristalizadas no presente momento, como se apontou acima), mas reforçando antagonismos e servindo como esteio para o aprofundamento de críticas ao governo Lula 3. Não há espaço no artigo para analisar os condicionantes macroeconômicos internos e externos que incidem no atual contexto, cabendo, portanto, identificar alguns elementos conjunturais aos quais as bases remeteram, na Agrishow e na Expozebu, para explicar o aumento de sua insatisfação política atual: juros altos no Plano Safra, especialmente para médios e grandes

empresários; aumento dos custos com insumos e fretes; e preços internacionais em queda de algumas das *commodities*. Esses fatores, juntamente a outros, pressionaram margens das fazendas, implicaram dívidas em uma parte das bases e incrementaram a contrariedade com o Planalto.

Associações da agricultura patronal em Brasília

A pressão exercida pelas bases conseguiu ampliar a influência sobre as posições de algumas importantes entidades nacionais que representam a agricultura patronal. A CNA é um caso relevante: ameaçada de desestabilização no contexto das eleições de 2022 por sindicatos rurais que, a partir dos territórios, requeriam a aderência ostensiva ao campo de Bolsonaro, a presidência da confederação realizou alterações internas consideráveis. Em uma frente, procurou se distanciar das reuniões palacianas em Brasília, promovendo canais e eventos de articulação com as bases. Em outra, rompeu com a tradição de dialogar com todas as principais candidaturas e aderiu publicamente à de Jair Bolsonaro, a quem concedeu púlpito para a campanha. Em meio a essa guinada, o presidente da CNA, João Martins, declarou que não haveria espaço no país para o “retorno de candidato que foi processado e preso como ladrão” (CNA, 2022).

17

Durante a terceira administração Lula, a CNA adotou posicionamento predominantemente crítico ao governo, ao mesmo tempo em que não renunciou influenciar diretamente as políticas públicas federais para a agropecuária. Exemplos não faltam para corroborar a predisposição crítica: em 2024, reagindo ao Plano Safra, lançado pelo Planalto com valor então recorde, um representante da confederação comentou que “precisávamos de um plano mais robusto” (Pilar, 2024). No mesmo ano, em seguida a disputa de líderes do agronegócio com o governo envolvendo tributos, Martins afirmou: “Eu me recuso a falar com o presidente Lula, porque estamos vivendo um desgoverno” (PODER360, 2024).

Já em 2025, fortalecido pelas mudanças internas apontadas acima, Martins declarou que não seria “exagero afirmar que o conjunto de políticas econômicas do atual governo prejudica e muito as atividades do agro” (CNA, 2025).

No âmbito da sojicultura, especificamente, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) mostrou-se resolutamente crítica ao Executivo federal, sendo reveladora nesse sentido uma entrevista recente de seu presidente, Maurício Buffon. Veja-se que a sua contestação adiciona à equação um fator fundamental, o ambiental:

Com relação ao governo atual, o setor não tem um bom relacionamento, até porque as políticas públicas instaladas para o setor, tanto de incentivo, como Plano Safra, como a equalização de juros e seguros, não vêm sendo trabalhadas da maneira correta. Muito pelo contrário. Por outro lado, muitas normativas na questão ambiental vêm deixando muito mais difícil para o produtor trabalhar [...] o setor produtivo vai trabalhar pela troca de governo em 2026, já que não apoia este que aí está. (Camara, 2026)

Não obstante a predominância de comportamento crítico ao governo Lula 3 entre associações nacionais da agricultura patronal, é possível identificar um segundo grupo nesse âmbito. Trata-se de entidades que procuraram conciliar-se com “gregos” e “troianos”, ou seja, manter inserção destacada na esfera da referida concertação, e, ao mesmo tempo, posicionar-se como representação privilegiada para o diálogo técnico do segmento econômico com o governo. Um exemplo foi a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa). A entidade compôs o grupo de transição da administração Lula (após as eleições de 2022), prestigiou a posse do ministro da Agricultura (no início de 2023) e participou

ativamente de missões internacionais promovidas pelo governo para a abertura de mercados.

A Abrapa também realizou falas públicas de apoio ao governo. Quando se multiplicavam bloqueios de estradas para contestar a vitória de Lula em muitos territórios com tração de bases agrobolsonaristas, a associação declarou que:

Parabeniza o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, pela vitória na eleição presidencial. A vontade da maioria manifestada nas urnas jamais deverá ser contestada. O Brasil deu mais uma demonstração de vitalidade da sua democracia. Estamos abertos ao diálogo e à cooperação com o governo eleito. (Abrapa, 2022)

Durante o lançamento do Plano Safra 2023/2024, o presidente da Abrapa, Alexandre Schenkel, realizou elogios fartos aos governos petistas, algo raro entre entidades da agricultura patronal:

19

O empenho que o presidente Lula [teve] no passado para fortalecer o agro brasileiro, nos momentos de crise, se mostrou eficiente, com o programa de renegociação de dívidas, juros menores e apoio efetivo à cadeia produtiva, através da política de garantia de preços, que foi tão importante para aquela época [...]. Isso possibilitou que o Brasil se tornasse uma das maiores potências agrícolas mundiais. O crédito é hoje um dos principais insumos para viabilizar nossa atividade, permitindo trazermos inovações tecnológicas, sustentabilidade e qualidade para a produção brasileira. Precisamos fortalecer os instrumentos de financiamento para continuar a cumprir nossa missão de alimentar e vestir o mundo com os frutos da agricultura. O BNDES tem nos ajudado muito com ferramentas modernas, linhas de crédito mais atualizadas e sintonizadas com o mercado financeiro atual [...]. E eu quero citar aqui a

Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária], o que ela conquistou e trouxe de tecnologia para nós, o desenvolvimento de nossa agricultura [...]. Presidente, com a sua influência e liderança [...] [o governo tem] se empenhado diretamente na abertura de novos mercados mundiais para a produção brasileira. Sabemos que dessa forma teremos estímulo para produzir mais [...]. A recente abertura do mercado de algodão para o Egito e o restabelecimento dos acordos com a China, nosso maior parceiro comercial, são a prova desse trabalho. (Mapa, 2023)

Ato contínuo, Schenkel aproveitou para defender investimentos estatais em infraestrutura e a conclusão de tramitações no Congresso, como aquela ligada aos agrotóxicos – que posteriormente foi aprovada, sem óbice efetivo do governo e sob fortes críticas públicas, por enfraquecer as atribuições dos órgãos estatais ligados à saúde e ao meio ambiente, entre outras consequências.

20

Nesse contexto, de que forma se pode apreender o contraste evidente entre a Aprosoja Brasil e a Abrapa? De sua parte, a produção de algodão é frequentemente acompanhada de graus mais intensos de investimentos em máquinas e aplicação de insumos do que a de soja, sendo mais adequada a gigantes do agronegócio. Em consonância com essas distinções, a Abrapa se apresenta como uma nucleação política de número reduzido de atores corporativos, com foco mais técnico e pragmático, privilegiando avanços na qualidade da pluma e a promoção comercial, entre outros aspectos. Em contrapartida, o conjunto de sojicultores representado pela Aprosoja Brasil é atualmente muito mais heterogêneo, sobretudo após um processo de ampliação de membros no qual proprietários pequenos e médios deslocaram o predomínio político anterior dos grandes. Essa dinâmica deu gradativamente vazão a perspectivas mais politizadas, envolvendo disputas distributivas e privilegiando posicionamentos

partidários mais próximos do polo à direita do espectro político. De todo modo, a diferenciação entre as duas associações não se revela necessariamente como uma divisão entre a sojicultura e a cotonicultura nos territórios, visto que, em muitas das fazendas mais capitalizadas, o algodão é plantado como segunda safra, em seguimento à soja (como ocorre em parte das propriedades do Mato Grosso, por exemplo).

Corporações ligadas ao agronegócio

De parte das corporações, identifica-se um maior reconhecimento do papel do governo Lula 3 no suporte econômico ao agronegócio, como na promoção comercial de *commodities* agropecuárias, entre outros temas. Aliás, algumas delas operaram em sintonia fina com o Planalto. O maior exemplo é a holding J&F, da família Batista, controladora majoritária da JBS e de outras empresas. A articulação dos governos petistas com essa família, em sentido mais amplo, e com a JBS, especificamente, adquiriu ímpeto entre o segundo mandato de Lula (2007-2010) e o primeiro de Dilma Rousseff (2011-2014). Nesse contexto, teve relevo a política de “campeões nacionais”, mencionada anteriormente.

21

Após um longo período nos bastidores, em seguida às investigações da Operação Lava Jato, os controladores principais da JBS, Joesley e Wesley Batista, reemergiram na esfera pública justamente durante o governo Lula 3. Um exemplo ocorreu na grande missão do governo à China, em março de 2023, em cuja lista de convidados pelo Mapa constaram oito membros da JBS (Folha de S. Paulo, 2023). No final desse mesmo ano, em viagem de Lula à Arábia Saudita, líderes da empresa se destacaram novamente na comitiva. Ademais, em abril de 2024, em Campo Grande, o presidente da República visitou uma planta de processamento de carne da JBS que havia sido habilitada no mês anterior para exportações à China. No local, ele acompanhou o envio do primeiro lote

para o país asiático e elogiou a família Batista que, segundo ele, seria “predestinada a ter sucesso” (Brasil, 2024).

De sua parte, mesmo fora do Planalto, o clã Bolsonaro contribuiu para a maior aproximação de frigoríficos exportadores em relação ao governo Lula 3.¹⁷ As iniciativas de elevação tarifária impostas ao Brasil pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foram centrais nessa movimentação. Não cabendo no espaço do artigo entrar em detalhes, foi notória a atuação de Eduardo Bolsonaro durante parte desse caso. Entre os frigoríficos exportadores aos Estados Unidos, a notícia foi muito mal recebida. O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Carne Bovina (Abiec), Roberto Perosa, que tem a JBS como uma de suas associadas líderes, juntamente à MBRF Global Foods Company (fusão da empresa Marfrig Global Foods com a BRF), vocalizou esse sentimento: “Agora nos apresentam uma decisão política dessa, fomentada inclusive por um grupo político no Brasil. É assustador, é muita imprevisibilidade” (Pontes, 2025).¹⁸

No final de 2025, a satisfação da JBS com o governo petista recebeu ápice público com a inauguração da nova sede da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos em Brasília. Na ocasião, Wesley Batista fez elogios enfáticos a Lula:

¹⁷ Outro exemplo ocorreu com o etanol. Em agosto de 2026, Flávio Bolsonaro foi publicamente criticado por associações representantes das usinas de álcool-açúcar, de plantadores de cana e das refinarias de etanol de milho após mostrar postura crítica ao aumento do percentual de etanol na gasolina (ver Unica *et al.*, 2026).

¹⁸ Nesse aspecto, é ilustrativo um contraponto entre bases e corporações do agronegócio. Em julho de 2025, durante trabalho de campo de um dos autores deste artigo com produtores patronais visitantes em uma feira agrícola em Viçosa, Minas Gerais, identificou-se que a maioria deles associava uma das decisões tarifárias de Trump, então tomada há poucos dias, não a um dos filhos de Bolsonaro, mas a Lula. Segundo eles, o atual presidente brasileiro teria provocado os Estados Unidos de diferentes formas.

O trabalho que o senhor tem feito nesses três anos tem sido um diferencial enorme para o agronegócio e para a indústria brasileira como um todo. O Brasil precisa de acesso [...]. Nosso setor, especificamente, de proteína animal, nunca exportou tanto quanto está exportando agora, presidente, para todos os mercados [...]. Obrigado, presidente Lula! O Brasil tem a felicidade de ter o senhor liderando o país e com essa visão de criar acesso aos produtos brasileiros. (PODER360, 2025)

O contentamento da JBS estava assentado em números vultosos. Conforme anunciado em março de 2026, a corporação teve, em 2025, a receita líquida recorde de US\$ 86 bilhões, alta de 12% em comparação a 2024. Por sua vez, o lucro líquido cresceu 15% no período, sendo o maior da história. Para esse resultado, ao lado de operações em outros países, a JBS ressaltou duas de suas empresas operando no Brasil: a Seara, que teve então o seu maior montante embarcado, e a Friboi, que registrou recorde no volume de processamento (JBS, 2026).

23

De parte das corporações que reconhecem publicamente ações do governo Lula para o agronegócio, com destaque para a promoção comercial, a sintonia fina mostrada pela JBS em relação ao governo Lula 3 foi antes exceção que regra. Nesse sentido, identifica-se um segundo grupo que também investiu em interações com o governo, por meio de uma postura colaborativa que seus representantes julgam crucial para as suas operações. Todavia, tal orientação nesse grupo não escondeu tensões de fundo que, em muitos casos, conduzem a preferências pela direita do espectro político – embora frequentemente não com o clã Bolsonaro, e sim com nomes como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e a senadora Tereza Cristina (Progressistas, pelo Mato Grosso do Sul). Um exemplo de tais tensionamentos foi dado pela Associação Brasileira de

Proteína Animal (ABPA), que representa indústrias ligadas à avicultura e à suinocultura. A entidade atuou em instâncias de coordenação com o governo e se inseriu em comitativas internacionais, além de ter enaltecido a abertura da administração Lula para as suas demandas (Rabello, 2024). Em contrapartida, no final de 2023, quando o Executivo mostrou inclinação para rever a desoneração da folha de pagamento de diversos segmentos econômicos, incluindo as indústrias representadas pela ABPA, essa associação reagiu com ímpeto. Seu presidente, Ricardo Santin, afirmou que a “política da desoneração da folha é uma política vitoriosa, já vem de mais de 11 anos dando frutos e benefícios”, e completou: “Tenho certeza [de] que o presidente Lula, com seu histórico de trabalhador, de sindicalista e de quem quer promover a economia e dar emprego e dignidade para as pessoas, não vai assinar demissão das pessoas [...]” (Azevedo, 2023).¹⁹ Com efeito, a questão fiscal foi um dos pontos da discórdia entre o governo Lula 3 e o agronegócio.

24

Ademais, há um terceiro grupo de empresas (e seus líderes) que, embora também tenham procurado manter canais abertos com o Planalto, adotaram postura majoritariamente crítica a ele. Essa orientação foi influenciada por contextos das cadeias em que atuam e condições presentes nas corporações, como preços de algumas *commodities* e índices de endividamentos (impactados pelas taxas de juros presentes, entre outros aspectos). Um exemplo é Rubens Ometto, fundador e presidente do conselho de administração da Cosan. Em evento do Grupo Esfera, em junho de 2024, Ometto argumentou que “do jeito que está, com o governo metendo a mão, querendo taxar tudo, e com os juros desse jeito, não dá.” Em conexão com essa crítica, Ometto defendeu uma política de austeridade: “Se o

¹⁹ Ao fim de negociações, uma lei manteve a desoneração integral em 2024, prevendo a retomada lenta e paulatina da tributação a partir de 2025.

governo organizasse tudo isso e controlasse a questão fiscal, os juros cairiam pelos motivos certos e aí esse país voltaria a crescer, voltaria a se desenvolver.” (Folha de S. Paulo, 2024).

De todo modo, ao articular as firmes defesas de desonerações feitas por determinados agentes do agronegócio corporativo aos reiterados pleitos por ajuste fiscal desse segmento, identifica-se uma contradição expressiva: não raro, a austeridade pretendida é para os outros segmentos econômicos e sociais, não para si. Aliás, na Agrishow 2026, a demanda seletiva por austeridade era preponderante também entre as bases: por um lado, criticavam duramente o resultado fiscal do governo; por outro, demandavam elevados aportes do Estado para a securitização de dívidas, a redução das taxas de juros vinculadas ao Plano Safra e o fortalecimento do seguro rural, entre outros fins.

O agronegócio inserido no Estado

Como as diferentes posições de atores do agronegócio têm assentado junto ao Estado em Brasília? E de que maneiras elas afetaram a relação desse segmento com o governo Lula 3? Nesta seção, o artigo foca o Mapa, no Executivo, e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), no Legislativo. Após a sua vitória nas urnas, em 2022, Lula escolheu para o Mapa o senador Carlos Fávaro, que foi apoiado por alguns grupos do agronegócio mato-grossense (minoritários numericamente, mas fortes economicamente) que, durante a campanha presidencial, aproximaram-se do líder petista.

Fazendeiro de escala média para os padrões superlativos do Mato Grosso, onde atua, Fávaro obteve maior inserção política no estado com a sua ascensão na Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja-MT), da qual foi presidente na primeira metade dos anos 2010, com o apoio de atores gigantes da soja, sobretudo alguns membros da família Maggi. Com tal respaldo, elegeu-se vice-governador do estado e posteriormente se tornou senador. A trajetória na

política partidária o distanciou aos poucos das bases de sojicultores, o que se ampliou quando parte delas se inseriu no movimento agrobolsonarista. Influenciado por corrente do agronegócio mais suscetível a riscos estratégicos, que contesta publicamente o negacionismo climático, Fávares procurou mostrar sintonia com o governo Lula 3 ao afirmar que priorizaria avanços da agropecuária em temas ambientais. Nesse sentido, além de defender a relevância da recuperação de pastagens degradadas, afirmou apoiar a retomada da fiscalização e punição a infrações ambientais.

Todavia, houve diferenças expressivas de atuações de Fávares em relação às agendas dos ministérios do governo Lula ligados a temas socioambientais. Citam-se dois exemplos. O primeiro foi o seu suporte ao projeto de lei (PL) sobre agrotóxicos, que enfraqueceu as atribuições dos órgãos estatais ligados à saúde e ao meio ambiente para a aprovação dessas substâncias, entre outras decisões (como apontado acima). O segundo exemplo foi seu voto – em circunstância insólita, pois liberado pelo governo para atuação rápida no Senado – para a derrubada de vetos de Lula à estratégia do “marco temporal”, que visa contestar direitos territoriais indígenas ao condicionar as demarcações à comprovação de que os povos ocupavam as suas terras em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição Federal.²⁰

Juntamente a contradições, tais escolhas demonstraram pontos significativos de convergência com orientações antiambientais e anti-indígenas que predominam na FPA. Esses gestos de Fávares não foram, contudo, suficientes para aproximar a cúpula do Mapa da frente parlamentar e, por extensão, o próprio governo da bancada. Muito pelo contrário: os atritos prevaleceram. Entre os momentos mais agudos dessa

²⁰ Para uma crítica fundamentada ao “marco temporal”, ver Carneiro da Cunha e Barbosa (2018).

relação conflituosa esteve o encorajamento público de Fávares, em abril de 2024, para que o vice-presidente da FPA, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania, por São Paulo), próximo de Alckmin e das usinas de álcool-açúcar, sucedesse a seu colega Pedro Lupion (então no Progressistas, pelo Paraná)²¹, mais ligado a bases da agropecuária e fortemente crítico ao governo Lula 3 (Di Cunto, Walendorff e Ribeiro, 2024).

Tampouco o firme suporte econômico do governo Lula 3 ao agronegócio demoveu a frente de sua atitude contestatória ao Planalto. De fato, embora tenha havido pontos de concordância entre esses atores do Legislativo e do Executivo (como na aprovação da chamada “Lei do Combustível do Futuro”)²² e o tímido reconhecimento de algumas ações (como a abertura de mercados no exterior), a oposição da FPA ao governo prevaleceu nitidamente. Quais fatores principais concorreram para esse resultado?

Em primeiro lugar, é necessário abordar o *modus operandi* da FPA, que se manifesta como uma profunda articulação empresarial-parlamentar. A frente tem como seu centro estratégico o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), sediado em uma mansão no Lago Sul, em Brasília. Criado por iniciativa de líderes da soja e do algodão do Mato Grosso na segunda metade dos anos 2000, oficializado em 2011 e consolidado com perímetro amplo de representação ao longo da década de 2010, o IPA operacionaliza a interação constante de dois grandes conjuntos: de associações empresariais e de parlamentares.

De um lado, estão as financiadoras do instituto: 59 associações ligadas ao agronegócio (IPA, 2026). As principais entidades nacionais da agricultura patronal estão nele inseridas, abrangendo a soja, a carne bovina, a cana, o algodão e o milho, entre outras *commodities*. Ao mesmo tempo, as

²¹ Atualmente no Republicanos, para o qual se transferiu em outubro de 2025.

²² Entre outras medidas, a lei resultante promove aumentos do etanol na gasolina e do biodiesel no diesel.

principais corporações se mostram presentes, representadas por associações vinculadas a empresas de agrotóxicos, frigoríficos, *traders*, usinas de álcool-açúcar, refinarias de etanol de milho, fábricas de papel e celulose, indústrias de ultra-processados e agentes financeiros (IPA, 2026). De outro lado, atuam na mansão do instituto os parlamentares líderes da FPA, sobretudo a sua mesa diretora, composta, em abril de 2026, por 33 membros (FPA, 2026a). A mesa adquiriu impulso justamente por meio da consolidação do IPA, com o aumento de sua institucionalização, profissionalização e especialização – todas elas operadoras de sua crescente relevância em alguns macrotemas políticos (Pompeia, 2022).

Em termos operacionais, o fluxo principal do sistema IPA-FPA ocorre em duas etapas. Primeiramente, as associações que financiam o instituto utilizam o suporte de técnicos e consultorias para administrar as divergências entre si e negociar acordos programáticos, sobretudo em suas comissões temáticas, como as relacionadas à tributação e ao meio ambiente. Em seguida, esses acordos orientam a atuação das representações empresariais e de seus mediadores junto aos parlamentares da mesa diretora da FPA, que, por sua vez, calibram esses pleitos à luz dos anseios de suas bases eleitorais (ver exame aprofundado dessa engrenagem em Pompeia, 2022).

Realizada essa breve descrição, passa-se à análise das maneiras como atores do segmento incidiram na atuação da FPA em relação à terceira administração Lula. Em cinturões do agronegócio, as bases rurais conectadas ao bolsorismo seguiram mobilizadas durante o governo petista, realizando pressões reiteradas sobre parlamentares para que ampliassem a oposição ao Planalto (as mídias sociais desses membros do Congresso evidenciam nitidamente essas pressões). Paralelamente, tais bases intensificaram, via sindicatos e núcleos locais da sojicultura, a influência de posições

antipetistas dentro de algumas importantes associações nacionais da agricultura patronal que atuam no IPA.

De sua parte, as representações corporativas presentes no instituto que foram mais cuidadosas nas relações diretas com o governo Lula 3 manifestaram desconforto diante do espaço atribuído, na FPA, para discursos e pleitos que viram como demasiadamente partidarizados e ideológicos, mas na maioria dos casos preferiram não agir de fato para tentar evitá-los. Há diferentes camadas para a apreensão dessa evitação. Desde a consolidação do IPA, em meados dos anos 2010, em seguida a uma crise interna, tem se adensado a orientação estratégica de apaziguar conflitos amplos entre seus integrantes, visando diminuir o risco de disrupções em macroacordos que costumam unir todas as correntes do agronegócio (Pompeia, 2022).

Diante de Bolsonaro, essa orientação foi testada, sobretudo quando se ampliaram críticas internacionais ao Brasil na agenda ambiental. Um exemplo ocorreu pouco após a eleição desse político, quando organizações do agronegócio com visão mais apurada de seus interesses internacionais operaram para que ele desistisse de acatar a proposta de bases agropecuárias agrobolsonaristas para extinguir o MMA. A avaliação então foi a de que a medida poderia atrapalhar as exportações de *commodities* e a captação de investimentos externos (Pompeia, 2021a). Entretanto, mesmo com conflitos como esse, e com críticas públicas de uma parte minoritária do agronegócio a ações do governo e de seus apoiadores nos cinturões, preponderou no IPA o esforço convergente entre os diferentes participantes. Como declarou o presidente de uma associação industrial com papel de liderança no instituto, a orientação preferencial foi: “não entramos em dividida [com representantes da agropecuária]” (depoimento, 04 jul. 2022).

Diante do governo Lula 3, o referido ordenamento politicamente centrípeto se aprofundou no sistema IPA-FPA.

De um lado, as corporações investiram (como se examina na seção anterior) em canais diretos de articulação com o Planalto. De outro, priorizaram fortemente a união de correntes do agronegócio no Congresso. Como as diversas associações no instituto se distribuem em matizes da direita (incluindo aquelas que consideram essencial a aproximação com o governo petista), predominou o entendimento de que deveriam, no âmbito do Legislativo, ampliar tanto a evitação de atritos públicos internos ao agronegócio quanto as convergências entre seus grupos integrantes. O objetivo principal foi tornar mais eficaz a oposição a agendas que interpretam como prejudiciais a seus interesses, como aquela que contesta privilégios do segmento em assuntos tributários – um eixo temático que gerou intensas disputas com o governo Lula 3.

30 A propósito, com tal convergência fortalecida, a FPA tem elevado significativamente a sua incidência na política nacional. Para esse resultado, têm relevo modificações de fundo que, sobretudo no último decênio, vêm ocorrendo nas correlações de força entre o Executivo e o Legislativo. Mesmo que não seja a ocasião de desenvolver o tema neste artigo, é válido salientar que uma das principais é o controle crescente do Congresso sobre porções do orçamento discricionário da União. Ao mesmo tempo, a ampliação de posições em variados matizes à direita no Parlamento brasileiro, influenciada em parte por recursos para campanhas vindos de cinturões capitalizados do agronegócio, concorreu para elevar a incidência da FPA – que, afinal, trabalha justamente com o foco em demandas desse espectro político. Uma das consequências desse conjunto de fatores foi o aumento de seu número de membros – que é corroborado, ainda que com variações, por diferentes procedimentos, como as comparações entre registros oficiais da frente no Congresso, e entre quantificações atualizadas pela própria bancada (ver, por exemplo, Congresso Nacional, 2023; FPA,

2026b), bem como por depoimentos de líderes da FPA e do IPA ouvidos durante a pesquisa.

Entretanto, ainda que o aumento quantitativo em adesões à frente seja expressivo, ele explica apenas parte de seu poder, pois um dos elementos essenciais de distinção da FPA em relação à ampla maioria das frentes parlamentares com quantidade considerável de membros é a sua alta capacidade de promover a convergência de votos no Congresso – atributo que, vale enfatizar, tem no IPA o seu motor principal. Mobilizando tanto membros dos diferentes anéis da frente quanto parlamentares que não a integram, essa convergência é conduzida por um leque diverso de dispositivos de curto e longo prazo, sendo um dos mais importantes a influência sobre orientações de líderes de partidos da direita (para uma análise processual da construção de convergência de votos pelo sistema IPA-FPA no Congresso, ver Pompeia, 2024b).

Além do mais, durante o terceiro mandato de Lula, houve alteração em uma parte fundamental dessa engrenagem empresarial-parlamentar. Trata-se da ampliação da organização e influência de interesses do agronegócio no Senado Federal, que até então apresentava menor eficácia – em comparação àquela na Câmara dos Deputados – para o avanço de agendas negociadas no espaço do IPA. Nesse contexto, a FPA impôs um conjunto de derrotas a agendas do governo Lula 3, como em assuntos tributários.

Concomitantemente às disputas tributárias, outro embate fundamental da FPA com o governo esteve ligado a temas socioambientais.²³ Um dos atritos resultou na reorganização administrativa estabelecida para algumas pastas por movimentações lideradas pela frente. Ainda em 2023,

31

²³ Ademais, houve atritos envolvendo o MDA, que o governo Lula 3 recriou de modo a garantir um ministério que pudesse ter relativa autonomia e orçamento para promover políticas específicas voltadas a distintos públicos da agricultura familiar.

a gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR)²⁴ em âmbito federal foi retirada do MMA (para o qual havia sido devolvida pelo governo Lula 3, em seguida à administração Bolsonaro) e passada para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.²⁵ Por sua vez, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) perdeu as atribuições inseridas por Lula de reconhecimento e demarcação de Terras Indígenas, que voltaram ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (Pompeia, 2025).²⁶

Há no agronegócio diferentes correntes sobre esses temas, podendo ser classificadas como “negacionista”, “conservadora”, “volúvel”, “descarbonizadora” e “europeia” (Pompeia, 2023), além da “chinesa” (Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2025). Contudo, no Congresso, representantes do segmento político-econômico têm sido, de fato, exitosos na construção de convergência de votos contrários a valores socioambientais (Pompeia, 2022; 2024b).²⁷ Trata-se de uma manifestação paradigmática do que se conceitua como concertação política. Por vezes, há iniciativas emanando de cinturões em que o agrobolsonarismo continua relevante, as quais, como apontado anteriormente, não

32

²⁴ O CAR é um instrumento surgido nacionalmente no âmbito do novo Código Florestal para organizar dados ambientais sobre imóveis localizados em áreas rurais e promover o cumprimento das normas legais relacionadas ao meio ambiente. Assim sendo, no âmbito federal, os atores técnicos do MMA têm conhecimento mais apropriado para atuarem com o referido cadastro, em diálogo com segmentos homólogos dos governos estaduais.

²⁵ Cumpre considerar que um decreto do governo do final de 2023 estabeleceu que a gestão do CAR pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos deveria ocorrer em articulação com o MMA.

²⁶ Em sua administração, Jair Bolsonaro havia inicialmente inserido as atribuições demarcatórias no Mapa, mas reações dos outros dois poderes federais impediram que a decisão se consolidasse no quadriênio 2019-2022.

²⁷ Importante apontar, ao mesmo tempo, a ocorrência de casos em que divergências prevaleceram no Legislativo federal. Um exemplo foi um PL de 2019 que eliminava o conceito de Reserva Legal. Oriundo de pressões locais e regionais, o projeto foi repellido pela maior parte das associações empresariais no IPA e, desse modo, não foi avançado pela direção da FPA (Pompeia, 2021b).

recebem freios efetivos das grandes empresas. Um exemplo foi o PL relacionado à estratégia do “marco temporal”. Em outras ocasiões, as próprias corporações lideram o processo, atuando articuladas com as entidades da agricultura patronal, como no caso do PL que flexibilizou perigosamente as regras de licenciamento ambiental.

Nesse contexto, deve ser considerada simultaneamente uma consequência não intencional da política ambiental do governo Lula 3: principalmente com a queda do desmatamento na Amazônia ocorrida sob a liderança da ministra Marina Silva, à frente do MMA (INPE, 2026), a pressão internacional relacionada ao meio ambiente perdeu parte do ímpeto e, por consequência, um conjunto de associações do agronegócio que, “volúvel”, opera de acordo com o nível dos riscos estratégicos vindos do exterior se sentiu menos impelido a mostrar resultados nesse tema. Em cenário no qual há também interesses negacionistas adquirindo tração globalmente, identificaram-se mudanças relevantes de posicionamentos em corporações. Uma demonstração dessa configuração pode ser observada na própria JBS. Ao reagir a críticas internacionais ancoradas no aumento do desmatamento no bioma Amazônia durante o governo Bolsonaro, a corporação anunciou, em seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, que o “compromisso que nos guia nessa missão é o de nos tornarmos *Net Zero* até 2040” (JBS, 2022, p. 6). Em 2026, um pouco após o anúncio de resultados econômicos expressivos da empresa (indicados em seção acima), a JBS decidiu abandonar esse compromisso (Pooler, 2026).

De todo modo, uma parcela considerável desses reveses em temas socioambientais no Congresso não pode ser atribuída meramente a derrotas do governo Lula 3 na disputa por votos. Em algumas situações, o Planalto procurou negociar com a FPA, fazendo concessões nos bastidores para tentar atenuar a extensão dos retrocessos projetados. Em outras

ocasiões, no entanto, o Executivo não conferiu prioridade às dimensões socioambientais, ao não mobilizar efetivamente a sua base aliada contra proposições de teor antiambiental ou anti-indígena (Pompeia, 2025). Uma declaração atribuída a um integrante ligado à cúpula da administração Lula 3, noticiada na imprensa durante as disputas no Parlamento sobre o MMA e o MPI mencionadas acima, teria importância menor se tomada isoladamente, mas, considerada em relação ao exame neste artigo, torna-se sugestiva. Segundo esse integrante de destaque no governo, o entendimento prevalecente no Planalto era o de, em contendas socioambientais como essas, abrir mão “de tudo o que é secundário” para “centrar no desenvolvimento”, sob o argumento de que a própria democracia estaria em risco sem o “desenvolvimento” (Bergamo, 2023). Por um lado, a literatura especializada tem ressaltado que a austeridade para “os outros” – na linha crítica tratada no artigo –, sobretudo quando dirigida a grupos socioeconômicos mais frágeis, pode reforçar o apelo da ultradireita e erodir valores democráticos. Além disso, deve-se reconhecer, como já se apontou, a expressiva queda do desmatamento na Amazônia sob a gestão Lula 3, bem como outros êxitos importantes na área socioambiental.²⁸ Por outro lado, o agravamento das pressões sobre as fronteiras planetárias, intensificado por medidas legislativas que fragilizam as proteções socioambientais, reforça a gravidade de tais resultados no Congresso, que estão longe de ser “secundários” (Kitzmann *et al.*, 2025; Richardson *et al.*, 2023).

À guisa de conclusão

Os 20 anos que separam o primeiro mandato de Lula de sua terceira gestão revelam mudanças estruturais na relação entre o Estado e o agronegócio no Brasil. Como demonstrado

²⁸ Para uma análise das políticas socioambientais do governo Lula 3, ver Pompeia (2025).

neste artigo, no âmbito de tais alterações, a organização dos interesses do agronegócio não pode ser analisada de forma monolítica, inclusive no que se refere à sua relação com o Estado e com o terceiro governo de Lula, em particular. Assim, considerando as suas diferentes camadas (bases nos territórios, entidades nacionais da agricultura patronal, corporações transnacionais e atores inseridos no Estado brasileiro), observa-se que, ao longo desse período, e especialmente desde o segundo governo Dilma (2015-2016), fortaleceram-se, entre parcela considerável dos atores do agronegócio, posições e interesses que se aproximaram, em graus distintos, do polo mais à direita do espectro político, contribuindo para a constituição de um subsegmento agrobolsonarista, que ampliou o campo antipetista (ou, ainda, antilulista).

Apesar da existência de corporações agroalimentares mais predispostas à articulação com o governo Lula 3 – por alinhamentos estratégicos e/ou insatisfações com o bolsonarismo –, evidencia-se que o crescimento da mobilização e da incidência interescolar de bases da agricultura patronal influenciou significativamente a orientação das relações do agronegócio com o Planalto. Nesse sentido, os resultados encontrados convergem com um dos argumentos centrais propostos por Singer e Araújo (2026, p. 2): o de que durante a terceira gestão de Lula, observou-se a formação “de um amálgama denso de insatisfação social e inclinação reacionária, o qual ficou infenso às políticas do lulismo”. Com efeito, a etnografia, fundamentada em dados de observação participante, de documentos e de estatísticas, demonstrou que várias das iniciativas e políticas públicas adotadas pela administração Lula 3, mesmo que destinadas ao atendimento de pleitos do segmento econômico, não resultaram necessariamente em reconhecimento vindo de sua maioria, e muito menos no arrefecimento de críticas. Ao final, o antagonismo político do agronegócio prevaleceu na relação com o governo.

Caio Pompeia

Professor doutor da Universidade de São Paulo (USP), na Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Foi *Academic Visitor* na Universidade de Oxford e concluiu pós-doutorado, mestrado e graduação na USP, tendo realizado o doutorado na Universidade Estadual de Campinas, com estágio doutoral na Universidade Harvard. Seus interesses de pesquisa são sistemas alimentares, questões socioambientais, mudanças climáticas, poder, políticas ambientais, agrícolas e alimentares, territórios, esfera pública, democracia e Estado.

Sergio Pereira Leite

Professor titular do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É também bolsista Cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

36

Agradecimentos

Caio Pompeia agradece ao Institut de Recherche pour le Développement pelo financiamento para o trabalho de campo em 2026, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelos recursos para os campos conduzidos em 2019 e 2022.

Disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Editora Responsável

Natália Nóbrega de Mello

Bibliografia

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO – Abrapa. 1 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.abrapa.com.br/Paginas/Not%C3%ADcias%20Abrapa.aspx?noticia=1225>. Acesso em: 3 set. 2023.
- AZEVEDO, Gabriel. 2023. ABPA alerta sobre risco de demissão em massa com fim da desoneração. *Canal Rural*, 21 de novembro. Disponível em: <https://shre.ink/GSWS>. Acesso em: 11 maio 2026.
- BERGAMO, Mônica. 2023. Lula comanda governo sob cerco e deve abrir mão de anéis para manter os dedos, avaliam integrantes do ministério. *Folha de S. Paulo*, 24 de maio. Disponível em: <https://shre.ink/GSFE>. Acesso em: 16 maio 2026.
- BITTENCOURT DE ARAÚJO, Ney; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz Antonio. 1990. *Complexo agroindustrial: o “agribusiness brasileiro”*. São Paulo: Agroceres.
- BRASIL. 2024. Lula visita fábrica da JBS e acompanha primeiro embarque de carne para a China. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x8aKFGZCWjM>. Acesso em: 11 maio 2026.
- BRASILAGRO. 2026. Lula: Política anti-agro provocará queda brutal na produção da safra 26/27. *BrasilAgro*, 15 de abril. Disponível em: <https://shre.ink/GSdv>. Acesso em: 11 maio 2026.
- CAMARA, Guilherme. 2026. “O setor produtivo vai trabalhar pela troca de governo em 2026”, diz CEO da Aprosoja. *Brazil Economy*, 9 de dezembro. Disponível em: <https://shre.ink/GSdo>. Acesso em: 11 maio 2026.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; BARBOSA, Samuel (org.). 2018. *Direitos dos Povos Indígenas em disputa*. São Paulo: Editora Unesp.
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA. 2022. “Encontro Nacional do Agro.” [S. l.]: YouTube, 10 de agosto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XTpDv03ejHs>. Acesso em: 11 maio 2026.
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA. 2025. Ao tomar posse, presidente da CNA diz que é preciso estar presente em todos os lugares e momentos para defender o produtor rural. *CNA Brasil*, 9 de dezembro. Disponível em: <https://shre.ink/GSWs>. Acesso em: 11 maio 2026.
- CONGRESSO NACIONAL. 2023. *Registro da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária*. Brasília: Congresso Nacional.
- DAVIS, John Herbert. 1955. Business responsibility and the market for farm products. *Boston Conference on Distribution*, 17 out., box 1, folder

2. John H. Davis Papers, Special Collections, National Agricultural Library, Beltsville, Maryland.
- DAVIS, John Herbert. 1956. From agriculture to agribusiness. *Harvard Business Review*, n. 34, abril, pp. 107-115.
- DELGADO, Guilherme Costa. 2012. *Do capital financeiro da agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- DELGADO, Guilherme Costa; LEITE, Sergio Pereira. 2022. O agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia. *Revista Rosa*, v. 6. Disponível em: <https://revistarosa.com/6/brasil200/agro-e-tudo>. Acesso em: 2 set. 2026.
- DI CUNTO, Raphael; WALENDORFF, Rafael; RIBEIRO, Marcelo. 27 de maio de 2024. Presidente tenta reeleição e divide bancada ruralista. *Valor Econômico*. Disponível em: <https://shre.ink/GtT7>. Acesso em: 16 maio 2026.
- ÉBOLI, Evandro. Ministro da ditadura convocou bolsonaristas para a frente dos quartéis. *Metrópoles*, 29 de janeiro. Disponível em: <https://shre.ink/Gtc8>. Acesso em: 11 maio 2026.
- FLÁVIA, Kátia. 2026. Globo transmite coro com xingamento contra Lula durante Festa do Peão de Barretos. *Jornal de Brasília*, 23 de agosto. Disponível em: <https://shre.ink/Gtlw>. Acesso em: 23 ago. 2026.
- FOLHA DE DOURADOS. 2022. Líder de MS de protestos golpistas colocou 27 tratores em desfile de 7 de Setembro. *Folha de Dourados*, 21 de novembro. Disponível em: <https://shre.ink/GSpF>. Acesso em: 11 maio 2026.
- FOLHA DE S. PAULO. 2023. Veja a lista completa de empresários do agro que vão à China na comitiva de Lula. *Folha de S. Paulo*, 20 de março. Disponível em: <https://shre.ink/GSp5>. Acesso em: 13 maio 2026.
- FOLHA DE S. PAULO. 2024. Ometto, da Cosan, critica medidas tributárias do governo Lula: 'Do jeito que está não dá'. *Folha de S. Paulo*, 8 de junho. Disponível em: <https://shre.ink/GSfZ>. Acesso em: 13 maio 2026.
- FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA – FPA. 2026a. Diretoria. *FPA*. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/diretoria/>. Acesso em: 11 maio 2026.
- FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA – FPA. 2026b. Todos os membros. *FPA*, 8 de junho. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/>. Acesso em: 13 maio 2026.
- FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. 2025. Agro e Política. YouTube, 21 de outubro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GRVn7wiWaBc&t=2s>. Acesso em: 11 maio 2026.

- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. 2010. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, pp. 159-176. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010>
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. 2026. Taxas de desmatamento (Programa de Monitoramento do Desmatamento por Satélite). Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments. Acesso em: 19 set. 2026.
- INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA – IPA. 2026. Entidades. *Instituto Pensar Agropecuária*. Disponível em: https://www.pensaragro.org.br/?page_id=31179. Acesso em: 11 maio 2026.
- JBS. 2022. *Relatório Anual e de Sustentabilidade 2021*. São Paulo: JBS.
- JBS. 2026. *JBS registra receita recorde de US\$ 86,2 bi e fecha 2025 com US\$ 2 bi de lucro líquido*. Disponível em: <https://www.jbs.com.br/imprensa/jbs-registra-receita-recorde-de-us-bi-e-fecha-com-us-2-bi-de-lucro-liquido/>. Acesso em 16 set. 2026.
- KAGEYAMA, Angela Antonia; GRAZIANO DA SILVA, José. 1983. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 3, pp. 537-559. DOI: <https://doi.org/10.11606/1980-53571334akjs>
- KITZMANN, Niklas *et al.* (ed.). 2025. *Planetary Health Check 2025: a scientific assessment of the state of the planet*. Potsdam: Potsdam Institute for Climate Impact Research (PIK). DOI: <https://doi.org/10.48485/pik.2025.017>
- LEITE, Sergio Pereira *et al.* 2023. Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas: a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Morais de Sá e; LEOPOLDI, Maria Antonieta (ed.). *Desmonte e reconfigurações de políticas públicas no Brasil (2016-2022)*. Brasília: IPEA. pp. 385-410.
- LEITE, Sergio Pereira. 2024. Estado e financeirização da agricultura brasileira: transformações em curso e implicações sociais, políticas e econômicas. In: LAVINAS, Lena *et al.* (org.). *Financeirização: crise, estagnação e desigualdade*. São Paulo: Contracorrente. pp. 1111-1148.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – Mapa. 2023. Lançamento do Plano Safra 2023/2024. 27 junho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KP3yS1KzCYo>. Acesso em: 11 maio 2026.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – Mapa. 2026a. Abertura de mercados. *Ministério da Agricultura e Pecuária*. Disponível em: <https://shre.ink/Gtc3>. Acesso em: 2 ago. 2026.

- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – Mapa. 2026b. *Plano Safra 2026/2027*. Brasília: MAPA.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR – MDA. 2026. *Plano Safra da agricultura familiar 2026/2027*. Brasília: MDA.
- MOURO, Mariana; JÚNIOR, Rogério; MATHIAS, Pedro. 2022. Dos 116 caminhões em atos em Brasília, 51 foram enviados por empresas de MT. *GI*, 21 de novembro. Disponível em: <https://shre.ink/GSf2>. Acesso em: 11 maio 2026.
- O ESTADO DE S. PAULO. 2003. Presidente dará apoio à produção de álcool. *Economia*, 3 de maio, p. B5.
- PILAR, Ana Flávia. 2024. Agro critica Plano Safra de Lula com R\$ 400 bi para grandes e médios produtores: ‘precisávamos de um mais robusto’. *O Globo*, 4 de julho. Disponível em: <https://shre.ink/Gt2Y>. Acesso em: 11 maio 2026.
- PODER360. 2024. Presidente da CNA diz que se recusa a falar com Lula. *Poder360*, 11 de junho. Disponível em: <https://shre.ink/Gt2d>. Acesso em: 11 maio 2026.
- PODER360. 2025. Assista ao discurso de Wesley Batista na inauguração da sede da ApexBrasil. YouTube, 15 de dezembro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MeUiS5x7gjU>. Acesso em: 11 maio 2026.
- POMPEIA, Caio. 2020a. Concertação e Poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, pp. 1-17. DOI: <https://doi.org/10.1590/3510410/2020>
- POMPEIA, Caio. 2020b. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *Horizontes Antropológicos*, v. 26, n. 56, pp. 195-224. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832020000100009>
- POMPEIA, Caio. 2021a. *Formação Política do Agronegócio*. São Paulo: Elefante.
- POMPEIA, Caio. 2021b. A reascensão da extrema direita entre representações políticas dos sistemas alimentares. *Antropolítica*, n. 53, pp. 115-139. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2021.i53.a49653>
- POMPEIA, Caio. 2022. Uma etnografia do Instituto Pensar Agropecuária. *Mana*, v. 28, n. 2, pp. 1-33. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n2a206>
- POMPEIA, Caio. 2023. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. *Revista de Antropologia*, v. 66, pp. 1-27. DOI: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.202839>
- POMPEIA, Caio. 2024a. Agri-bolsonarism: a movement led by agricultural elites and far-right politicians in Brazil. *The Journal of Peasant Studies*, v. 51, n. 3, pp. 1-25. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2023.2301440>

- POMPEIA, Caio. 2024b. Homogenizing machine: the agribusiness caucus's building of voting convergence in the Brazilian Congress. *Vibrant*, v. 21, pp. 1-24. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-43412024v21a500>
- POMPEIA, Caio. 2025. As políticas ambientais em disputa. In: KERCHÉ, Fábio; MARONA, Marjorie. *Governo Lula 3: Reconstrução democrática e impasses políticos*. Belo Horizonte: Autêntica. pp. 213-224.
- PONTES, Nádia. Agro brasileiro aciona diplomacia contra tarifaço de Trump. *Deutsche Welle*, 12 de julho. Disponível em: <https://shre.ink/GSB1>. Acesso em: 11 maio 2026.
- POOLER, Michael. 2026. World's largest meat group JBS scraps a key climate goal. *Financial Times*, 9 de julho. Disponível em: <https://www.ft.com/content/2d82d126-f634-487c-add8-8622e57b2af2?syn-25a6b1a6=1>. Acesso em 19 set. 2026.
- RABELLO, Tânia. 2025. Frango/ABPA: reabertura do mercado chinês é resultado da 'competência técnica e diplomática' do Brasil. *Broadcast*, 7 de novembro. Disponível em: <https://shre.ink/GSW6>. Acesso em: 11 maio 2026.
- RICHARDSON, Katherine *et al.* 2023. Earth beyond six of nine planetary boundaries. *Science Advances*, 9(37), eadh2458. DOI: <https://doi.org/10.1126/sciadv.adh2458>
- SINGER, André. 2012. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia da Letras.
- SINGER, André; ARAÚJO, Cícero. 2026. Grandes expectativas, margens pequenas. *Lua Nova*.
- UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR E BIOENERGIA – Unica *et al.* 2026. Nota à imprensa. [S. l]: ÚNICA, 21 de agosto. Disponível em: <https://shre.ink/Gtkm>. Acesso em: 23 ago. 2026.
- XIMENES, Elisama. 2022. Presidente do Sindicato Rural de Jataí está entre investigados por bloqueio em rodovias. *O Popular*, 10 de novembro. Disponível em: <https://shre.ink/Gt2N>. Acesso em: 11 maio 2026.

O AGRONEGÓCIO E O TERCEIRO MANDATO DO GOVERNO LULA: SUPORTE ECONÔMICO E ANTAGONISMO POLÍTICO

CAIO POMPEIA

SERGIO PEREIRA LEITE

Resumo: Em que pese o robusto suporte econômico do terceiro mandato do Governo Lula ao agronegócio, prevaleceu nesse segmento o antagonismo frente ao Planalto. Este artigo analisa tal contraste relacionando fatores econômicos e políticos em diferentes setores e escalas: bases da sojicultura e pecuária, associações nacionais da agricultura patronal, corporações transnacionais e agentes do agronegócio no Estado. As fontes combinam materiais produzidos durante observação participante, manifestações públicas de atores desse segmento e de suas organizações, documentos governamentais e dados estatísticos. Ainda que determinadas corporações agroalimentares tenham reconhecido méritos da terceira administração Lula, os resultados demonstram que um movimento político-econômico ancorado nas bases foi preponderante para a aguda fricção do agronegócio com a gestão federal iniciada em 2023.

Palavras-chave: Agronegócio; Governo Lula; Bancada Ruralista; Etnografia; Economia Política.

AGRIBUSINESS AND LULA'S THIRD ADMINISTRATION: ECONOMIC SUPPORT AND POLITICAL ANTAGONISM

Abstract: *Despite the robust economic support provided by the third Lula administration to agribusiness, antagonism toward the federal government prevailed among agribusiness actors. The article analyzes this contrast by relating economic and political factors across different sectors and scales: mobilized groups of soybean farmers and cattle ranchers, national agricultural associations, transnational corporations, and state actors involved in agriculture. The sources combine materials produced during participant observation, public statements by key actors in agribusiness and their organizations, government documents, and statistical data.*

Although some agrifood corporations acknowledged the merits of the third Lula administration, the results demonstrate that a political-economic movement rooted in locally mobilized rural groups was a major driver of the acute friction between agribusiness and the federal government that took office in 2023.

Keywords: *Agribusiness; Lula administration; Rural caucus; Ethnography; Political economy.*

Recebido: 20/05/2026

Aprovado: 15/08/2026